

# TJ investe em segurança

Criado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Costa, em 2010, o Centro de Segurança Institucional (Cesi) cuida da segurança de magistrados, servidores e cidadãos que recorrem ao Judiciário, assim como do patrimônio da Justiça mineira. Na foto, solenidade de assinatura do convênio com a Polícia Militar para a criação do Cesi.

Páginas 4 e 5

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - NOVEMBRO - 2011**  
**ANO 17 - NÚMERO 166**

Rodrigo Vilaça



# Cesi trabalha pela segurança no Judiciário

O assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 11 de agosto de 2011, na região metropolitana do Rio de Janeiro, escancarou uma realidade conhecida bem de perto por alguns juizes brasileiros: o da ameaça no exercício da profissão. Para muitos magistrados, a conduta ética e a atuação rigorosa – que intimidam a marginalidade, coíbem o crime e diminuem a impunidade – são também sinônimos de problemas.

A morte da juíza trouxe o assunto “segurança dos magistrados” para a pauta do dia. As providências são necessárias e também urgentes. Sempre que ocorre uma agressão ou ameaça contra magistrados, ela tem significados maiores, pois trata-se de uma violência contra o Judiciário e contra o próprio Estado Democrático de Direito. A corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, afirmou que a morte de Patrícia Acioli atinge a democracia no que há de mais importante em termos de segurança para a nação, que é o Judiciário.

Toda a mobilização em torno da morte da magistrada levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a criar um grupo de estudo para a avaliação global da segurança da magistratura nacional. Levou o Conselho também a avaliar a

possibilidade de instituir, no programa de metas de 2012, um item específico sobre segurança.

O trabalho do Tribunal tem sido pioneiro e uma referência para o CNJ nessa área. Na gestão do presidente Cláudio Costa, que tomou posse em 2010, foi criado o Centro de Segurança Institucional (Cesi), integrado por uma comissão de segurança, composta por magistrados de 1ª e 2ª Instâncias, e por policiais militares.

Com essa iniciativa, o TJMG sai na frente com o investimento em ações estratégicas de segurança. Fica claro o comprometimento do Judiciário mineiro com seu quadro de magistrados. O foco do trabalho do Centro de Segurança é também preventivo e não apenas voltado para a atuação no momento em que ocorre uma ameaça.

A matéria de capa desta edição traz detalhes do trabalho do Cesi e mostra os esforços do Tribunal mineiro para a melhoria da segurança dos magistrados em todo o Estado. Além de atuar para que juizes e desembargadores tenham um ambiente tranquilo para o exercício profissional, o TJMG quer agir para que os fóruns se tornem locais livres de riscos e perigos.

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

## Tribunal de Justiça de Minas Gerais

### Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

### 1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

### 2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

### 3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

### Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

## EXPEDIENTE

**Secretário Especial da Presidência:** Luiz

Carlos Elói; **Assessora de Comunicação**

**Institucional:** Valéria Valle Vianna; **Gerente**

**de Imprensa:** Wilson Menezes;

**Coordenadora de Imprensa:** Letícia Lima;

**Editoras:** Francis Rose; Patrícia Mellilo;

**Design Gráfico:** Narla Prudêncio;

**Fotolito e Impressão:** Formato Artes

Gráficas

### Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

**Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:**

(31) 3299-4622

**Ascom Fórum BH:** (31) 3330-2123

**Tiragem:** 3 mil exemplares

**Portal TJMG:** [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)



## Magistrados recebem Medalha Santos Dumont

Em 21 de outubro, 140 personalidades foram agraciadas com a Medalha Santos Dumont. A cerimônia, presidida pelo governador em exercício na data do evento, Alberto Pinto Coelho, homenageou magistrados, empresários, políticos, professores, artistas, entre outros. Os desembargadores do TJMG Armando Freire, Edilson Fernandes, José Marcos Rodrigues Vieira e Francisco Batista de Abreu e os juizes Bruno Terra Dias, Jair José Varão Pinto Júnior e Nicolau Lupianhes Neto estavam entre os agraciados. A desembargadora Selma Marques, que é natural da cidade de Santos Dumont, também estava presente no evento. A Medalha Santos Dumont foi criada em 1956 para lembrar o primeiro voo do 14-Bis (23 de outubro de 1906, em Paris). A medalha é entregue a personalidades que contribuem para o desenvolvimento e o progresso do Estado e do País. A solenidade foi realizada na Fazenda Cabangu, em Santos Dumont, terra natal do patrono da aviação.

# A sonhada celeridade processual

Ione Bernadete

Incorporada à rotina do Judiciário país afora, a Conciliação, no final de cada ano, ganha atenção redobrada. Pelo sexto ano consecutivo, o TJMG marca presença na Semana Nacional da Conciliação, criada em 2006 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que, neste ano, foi programada para o período de 28 de novembro a 2 de dezembro, quando, mais uma vez, promete mobilizar um grande número de pessoas. Nessa época, os tribunais de Justiça selecionam os processos que têm possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionar pacificamente os conflitos.

Desde o início, o movimento pela Conciliação pretendeu criar e disseminar a cultura do acordo, o que vem se consolidando a cada ano, haja vista o número de adesões. Minas, por meio de suas várias frentes – Centrais de Conciliação, Juizados Especiais, Juizados

de Conciliação, Central de Precatórios e Magistrado Conciliador –, tem mostrado que está no caminho certo: o da promoção da paz social. No ano passado, na edição da 5ª Semana Nacional, o TJMG obteve o 3º lugar no *ranking* dos tribunais do país que realizaram mais audiências.

A Resolução nº 125 do CNJ instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, que visa tornar efetivo o princípio constitucional do acesso à Justiça, entendido como “acesso à ordem jurídica justa”, consolidando a democracia, a acessibilidade, a celeridade e a eficiência na administração da Justiça, além de assegurar aos cidadãos autonomia e participação na resolução de suas questões e disseminar uma nova cultura: a da pacificação social.

**D**esde o início, o movimento pela Conciliação pretendeu criar e disseminar a cultura do acordo

A resolução estabelece como uma das atribuições dos tribunais do país a criação de Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

## Núcleo

Em Minas, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMG foi criado pela Resolução nº 661, de 29 de junho de 2011, sob a coordenação da 3ª Vice-Presidência. A resolução também cria em todas as comarcas do Estado os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, unidades do Poder Judiciário que concentram a realização das audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, bem como o serviço de atendimento e orientação ao cidadão. Cabe ao Núcleo instalar os Centros Judiciários nas diversas comarcas do Estado.

No 3º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em fevereiro de 2011 pelo CNJ, ficou estabelecido, entre outras ações, que nesta edição deverão ser priorizados os processos em que figurem como parte os maiores litigantes e, em mar-

ço deste ano, o CNJ publicou uma pesquisa sobre os 100 maiores demandantes do país, preparando um cadastro que foi distribuído para os tribunais.

O cidadão, instituição ou empresa que tiver interesse em incluir algum processo na Semana deve procurar com antecedência o TJMG. Quando uma empresa ou órgão público está envolvido em muitos processos, o Tribunal deve fazer uma audiência prévia a fim de sensibilizar a empresa/órgão a trazer ao mutirão propostas de acordo.

Este ano, o tema da Semana da Conciliação é “Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos” e, com o objetivo de difundir e homenagear as boas práticas voltadas para a conciliação, o CNJ criou o prêmio “Conciliar é Legal”.

Em Minas Gerais, até o dia 10 de outubro, foram agendadas mais de 12 mil audiências na Justiça Comum para a Semana Nacional da Conciliação. Até essa data, estavam contabilizadas 178 comarcas e 265 varas participantes.

A meta do TJMG é melhorar, cada vez mais, os índices de acordo em relação aos obtidos em anos anteriores.



Rodrigo Vilaga

Informações:

[www.tjmg.jus.br/conciliar](http://www.tjmg.jus.br/conciliar)

3ª Vice-Presidência do TJMG

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 1.753, 16º andar,

Luxemburgo, Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3299-4419

■ Este ano, o Tribunal de Justiça realizou diversos mutirões em que figuravam como partes grandes litigantes

# Centro de Segurança Institucional do TJMG

## Meta de gestão

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Costa, havia estabelecido como umas das mais importantes e desafiadoras metas de sua gestão o desenvolvimento e a implantação de uma efetiva e duradoura estrutura de segurança para magistrados, servidores e patrimônio do TJMG.

Este ideário sempre foi objeto das reflexões do atual presidente.

No seu entender, o Poder Judiciário precisava estar preparado para as adversidades da nossa realidade, num contexto de notório crescimento da violência e do clamor da sociedade pela prestação jurisdicional célere e imparcial.

Essa imparcialidade, um dos pressupostos da atividade judicante independente, não poderia ser afetada pela falta ou precariedade das condições de segurança de magistrados, servidores e cidadãos que recorrem ao Judiciário.

## Regulamentação e estruturação

A necessidade da criação de uma estrutura dinâmica e ao mesmo tempo perene exigia a normatização da

matéria, o que foi feito por meio do art. 16, da Lei Complementar nº 85, de 28 de dezembro de 2005, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 646, de 4 de agosto de 2010, que definiu o sistema de funcionamento do Centro de Segurança Institucional (Cesi).

Além da normatização de seu funcionamento, a estruturação do Cesi dependia da participação de outras entidades com o necessário conhecimento técnico e a experiência consolidada no enfrentamento de situações envolvendo segurança.

Para tanto, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, celebrou convênio com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, instituição centenária, de respeitabilidade e reconhecimento nacional, cuja expertise seria fundamental para alcançar tal desiderato.

E assim foi feito, em 12 de novembro de 2010, data da assinatura do convênio com a PMMG, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato Vieira de Souza, esteve no Tribunal de Justiça e apresentou ao presidente o efetivo de policiais militares que passariam a integrar o Centro de Segurança Institucional do TJMG.

Na oportunidade, o comandante-geral da PMMG destacou que cada um dos militares que estavam sendo

colocados à disposição do TJMG foi criteriosamente escolhido, com base no perfil pessoal e profissional de cada um, adequados à difícil missão de desempenhar suas atividades junto ao Poder Judiciário.

O presidente do TJMG, reafirmando a sua admiração e respeito ao coronel Renato Vieira de Souza, vislumbrou que a meta antes traçada iria efetivamente se concretizar, pois com a participação da Polícia Militar estariam reunidas as condições necessárias para dar início à estruturação do Cesi.

## Comissão de Segurança e Assessoria Militar

O Cesi está subordinado e vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, sendo integrado pela Comissão de Segurança, composta por magistrados de primeira e segunda instâncias e por efetivo policial militar, este coordenado pelo assessor militar da Presidência.

Tanto a Comissão de Segurança do Cesi, como a Assessoria Militar funcionam de forma independente, mas sob a coordenação do presidente do Tribunal de Justiça.



Rodrigo Vilaça

O presidente Cláudio Costa, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato Vieira de Souza, e o chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Márcio Martins Sant'Ana, discutiram os termos do convênio com o Tribunal



Rodrigo Vilaga

Renato Vieira de Souza e Cláudio Costa analisaram as demandas do TJMG em relação à segurança

A finalidade precípua do Cesi é implementar ações estratégicas de segurança dos magistrados, dos servidores, do patrimônio e informações afetos ao Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

O presidente Cláudio Costa pretende que a estrutura do Cesi seja constantemente atualizada, valorizada e receba todo o apoio material necessário para acompanhar a dinâmica social que envolve as questões de segurança.

Consolidado e estruturado, o Cesi passou a cuidar de todas as situações que de alguma forma envolvam a segurança de magistrados, servidores e patrimônio do TJMG.

Para o desembargador Luiz Audebert Delage, indicado pelo presidente Cláudio Costa para presidir a Comissão de Segurança que integra o Cesi, quando há uma agressão contra magistrado, ela toma conotações de uma violência ao próprio Estado Democrático de Direito.

O magistrado foi recentemente indicado para integrar Grupo de Estudos do Conselho Nacional de Justiça que trata da Segurança de Magistrados. O grupo é presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, e conta com a participação da corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, quatro conselheiros do CNJ e magistrados federais e estaduais.

A atividade do grupo é de assessoramento. Os integrantes colhem dados e sugestões com o objetivo de formular uma política nacional de segurança para a magistratura. “A experiência de Minas é pioneira e tem sido uma referência no CNJ. O grupo teve a oportunidade de ouvir a nossa exposição a respeito do funcionamento do Cesi e entendeu que, dada a excelência do trabalho, sua estrutura e funcionamento, ele deve ser tomado como um modelo para outros Estados criarem os seus centros de segurança”, afirma o desembargador Audebert Delage.

Para o presidente Cláudio Costa, a boa recepção e o interesse demonstrado pelo CNJ acerca da estrutura do Cesi refletem que o TJMG estava no caminho certo quando decidiu implantar o Centro de Segurança Institucional no Poder Judiciário mineiro, notadamente com a decisão de firmar a importante parceria com a Polícia Militar.

Nesse aspecto, uma das muitas funções da PMMG na estrutura do Cesi é prestar assessoramento ao Poder Judiciário nas ações estratégicas de segurança, de prevenção e solução de situações envolvendo ameaça efetiva. “Cuidamos da segurança dos magistrados, servidores e das instalações. Nosso serviço é de assessoria técnica e ligação com os órgãos de defesa. Indicamos as medidas de segurança, como a campanha pela utilização do crachá e orientações de determinadas rotinas”, afirma o chefe da Assessoria Militar, tenente-coronel Carvalhais.

Um exemplo dessa atuação foi o monitoramento da manifestação que os moradores do Dandara (uma ocupação urbana da Capital que está sendo alvo de ação de reintegração de posse) fizeram na 6ª Vara da Fazenda Estadual, no final de outubro. “Nós repassamos todas as informações do evento ao presidente. A atuação na rua, quanto a isolamentos e segurança, fica a cargo da Polícia Militar. A Assessoria Militar atuou como elo entre a administração do prédio, os manifestantes e a Polícia Militar”, explica o tenente-coronel Carvalhais.

A Assessoria Militar também atua junto à Corregedoria atendendo às demandas do interior. Quando há uma visita da Corregedoria a uma comarca, uma equipe da assessoria acompanha e avalia a segurança do fórum. Muitas vezes basta uma simples orientação que já se aprimora a situação de segurança no local. Uma porta que não é trancada, uma janela que não tem segurança, a forma de guardar armas ou documentos, o acesso de pessoas, o local da sala do magistrado, a localização de terminal bancário, que às vezes fica muito exposto – bastam pequenas medidas para potencializar a segurança.

O tenente-coronel Carvalhais explica que, por estarem ali há muito tempo, as pessoas não percebem as falhas de segurança. As medidas que não requerem material ou que implicam em simples mudança de comportamento são executadas imediatamente. “Em uma comarca que visitamos os funcionários usavam uma porta no fundo do prédio que nunca era trancada. Mostramos para eles

que não adianta ter controle de acesso com vigilante na entrada principal, se há outro acesso sem essas medidas de segurança. Sugerimos que fosse desativada aquela alternativa de acesso, mantendo a porta dos fundos trancada”, relata.

## Ameaças efetivas

Conforme deliberado nas primeiras reuniões do Cesi, sempre que há uma ocorrência que envolva ofensa a magistrado ou servidor no exercício do cargo, o fato deve ser imediatamente comunicado ao diretor do Foro e à Corregedoria-Geral de Justiça, que aciona o Cesi.

As ameaças também devem ser comunicadas. Nesse caso, o primeiro passo é investigar se aquela denúncia realmente representa uma ameaça efetiva e qual o seu real potencial ofensivo. A partir daí, são definidas quais as medidas de segurança necessárias, como uma escolta armada, por exemplo. Além dessa medida, outras são tomadas de acordo com o perfil da pessoa ameaçada. O cônjuge, filhos e empregados também recebem orientações de segurança.

“Uma boa dica de segurança é a atenção no sentido de cuidado. A pessoa que tem intenção de furtar ou roubar escolhe a vítima mais desatenta, na maioria dos casos. Deve-se evitar falar ao celular na rua, próximo a muitas pessoas, ou mesmo na direção de veículo. Evitar locais ermos. Ao ver uma pessoa suspeita, não permita que ela se aproxime, altere o caminho, acelere o passo. Fique atento e oriente as pessoas que residem em sua casa e familiares quanto ao falso sequestro. Normalmente, esse tipo de ação só tem êxito pelo desconhecimento da vítima sobre o assunto”, aconselha o tenente-coronel Carvalhais.

## Expectativa da Presidência

O desembargador Cláudio Costa ressaltou o brilhante trabalho desempenhado pelos militares que estão atuando junto ao Cesi, e os congratula, em nome do comandante-geral da PMMG, Renato Vieira de Souza, e do assessor militar da Presidência do TJMG, tenente-coronel Renato Batista Carvalhais.

O presidente irá encerrar sua gestão entregando ao Poder Judiciário mineiro uma estrutura de segurança efetivamente consolidada, mas que demanda constante atualização para acompanhar a dinâmica das demandas sociais.

O primeiro passo já foi dado! Ao Judiciário cabe agora preservar, atualizar e zelar pelo seu Centro de Segurança Institucional.



Marcelo Albert

Atuam junto ao desembargador Cláudio Costa, o tenente-coronel PM Renato Batista Carvalhais, chefe da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e o capitão PM Wanderson Garcia Costa Neves, ajudante de Ordem do presidente do TJMG



Em Campo Alegre de Minas, distrito de Resplendor, os servidores da Corregedoria inspecionaram o cartório



Em Aimorés, foi realizada uma audiência pública com a presença do corregedor Alvim Soares



O trabalho em Aimorés reuniu juízes auxiliares e servidores da CGJ e da secretaria da vara



Mayra Picanço e Marcelo Gandra (sentados) fiscalizaram o cartório de Fabíola Guimarães

# Corregedoria intensifica ações correicionais

Raul Machado

“Correição: ato ou efeito de corrigir; correção; ou ainda, função administrativa, em via de regra de competência do Poder Judiciário, exercida pelo corregedor.” Essa é a definição do dicionário *Aurélio* para o termo correição. A palavra é desconhecida de alguns, capaz de causar apreensão em outros, mas, na Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais (CGJ), correição significa trabalho de fiscalização e, principalmente, de orientação nas varas e cartórios do Estado.

Desde julho do ano passado, a Corregedoria realizou 46 correições extraordinárias parciais e cinco extraordinárias gerais. Além dessas, anualmente é realizada uma correição ordinária em todas as varas e cartórios do Estado. “Temos procurado, dentro do possível, marcar presença em muitas comarcas, principalmente nas mais afastadas, que ficam praticamente isoladas”, afirmou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Alvim Soares.

Na correição nos cartórios, além da legalidade dos atos, a Corregedoria verifica o recolhimento da taxa de fiscalização. Essa taxa é paga pelo cidadão todas as vezes em que ele procura o cartório para a realização de algum ato que não é gratuito. O valor é recolhido pelos oficiais dos cartórios. Em setembro, a arrecadação de taxas em Minas Gerais superou o valor de R\$ 29,4 milhões.

No Estado, as correições são desenvolvidas, nas varas, por seis gerências de Fiscalização Judicial (Gefis) da Corregedoria; nos cartórios, a responsabilidade fica a

cargo da Gerência de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro (Genot). Todo o trabalho ocorre sob a orientação do corregedor e dos juízes auxiliares da Corregedoria.

## Audiência pública

No início deste semestre, uma correição extraordinária geral foi realizada nas cidades de Resplendor e Aimorés, no Vale do Rio Doce. Varas e todos os cartórios, inclusive os mais distantes, foram inspecionados. Na abertura dos trabalhos de correição sempre há a realização de uma audiência pública no fórum das comarcas. Nesse momento, todo cidadão pode participar.

Em Resplendor, sob a gerência de Giovanni dos Reis, os servidores Bruna de Sousa, Gleidson Pereira e Felipe Sampaio ficaram responsáveis pelas inspeções no fórum. “Fizemos um *check list*, verificando a juntada de documentos, a movimentação e a baixa de processos, além da emissão de guias e mandados, entre outros itens”, conta Bruna.

Flávio Monecchi, 42 anos, escrivão em Resplendor, vê na fiscalização a chance de identificar e corrigir erros, de forma a padronizar corretamente a rotina. Para o juiz Edson Regonini, 27 anos, há um ano na magistratura, a oportunidade é adequada para ouvir a sociedade, que pode se manifestar nas audiências públicas. “Conhecemos mais claramente o que a sociedade espera da

Justiça em Resplendor. As correições nos possibilitam esse diálogo”, disse.

No cartório de Campo Alegre de Minas, distrito de Resplendor, os técnicos da Corregedoria Marcos Marzagão, Carlos Cardoso e Fernando de Sousa foram recebidos por José dos Reis, titular do cartório. Os profissionais verificaram livros, selos e também esclareceram as dúvidas do oficial. “Grande parte dos erros cometidos nos cartórios não acontece por má-fé, mas pela falta de conhecimento”, revelou Fernando.

Na sede do município, o volume de atos a ser inspecionado foi maior e mais complexo do que o trabalho nos distritos. Na serventia de Fabíola Guimarães, que fica ao lado do Fórum de Resplendor, a informatização facilitou a atuação dos servidores Mayra Picanço e Marcelo Gandra, destacados para a inspeção. Mesmo assim, os 12 livros de capa dura mantidos no cartório foram verificados um a um.

As correições desenvolvidas em Minas mostram, na prática, a execução das funções administrativas, de orientação, de fiscalização e disciplinares da Corregedoria, previstas na Lei de Organização e Divisão Judiciárias. No final de novembro, a Corregedoria fará uma reunião para definir as comarcas que passarão por correição em 2012. A perspectiva é manter o ritmo de trabalho adotado em 2011.

# Crianças abrigadas terão aulas de música



Marcelo Albert

■ No lançamento do projeto, no Conservatório UFMG, a Orquestra Jovem de Contagem realizou um concerto didático para crianças e adolescentes de projetos sociais

Francis Rose

Descobrir jovens talentos com aptidão para atuar na área musical entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social da capital. Esse é o objetivo de um projeto da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMG e de parceiros, que começou a ser desenvolvido este semestre. A ideia é realizar oficinas para crianças e adolescentes, sobretudo os que vivem em abrigos de Belo Horizonte, sensibilizando-os e despertando-os para o ramo musical. As primeiras oficinas foram realizadas este mês.

Inicialmente, os participantes têm aulas de flauta doce. Os jovens que demonstrarem habilidades e interesse participarão de uma segunda fase do projeto, com aulas de outros instrumentos. Posteriormente, poderão vir a integrar a futura Orquestra Infanto-Juvenil Belo Horizonte. Nos próximos meses, entre 50

e 75 jovens, de 8 a 15 anos, participarão das oficinas ministradas voluntariamente pelos músicos Renato Almeida e Rosiane Souza Reis. Jovens ligados a três abrigos, a uma escola estadual e a uma associação comunitária serão atendidos na primeira fase do projeto, que prevê aulas semanais.

## Concerto

O lançamento do projeto "Harmonia Musical" ocorreu em 7 de outubro, no Conservatório Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante o evento, foi realizado um concerto didático pela Orquestra Jovem de Contagem, integrada por estudantes de baixa renda que vivem em situação de vulnerabilidade social no município da região metropolitana de Belo Horizonte. Além do TJMG, o projeto terá a parceria do Conservatório UFMG, de

voluntários e de entidades interessadas.

O superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude, desembargador Wagner Wilson Ferreira, explica que os objetivos do trabalho são despertar o interesse das crianças para a música e buscar alternativas para os jovens que vivem em abrigos. "Queremos mudar as perspectivas da infância e da juventude na capital", diz.

O magistrado adianta que a meta é, depois que o projeto estiver consolidado, estender a realização das oficinas a crianças e adolescentes em todo o Estado,

**A** ideia é realizar oficinas para crianças e adolescentes, sobretudo os que vivem em abrigos de Belo Horizonte, sensibilizando-os e despertando-os para o ramo musical

inclusive àqueles que estiverem em conflito com a lei. Wagner Wilson Ferreira diz que a música será o primeiro passo das ações. A intenção é que em outras etapas arte e esporte também passem a integrar o projeto.

Na primeira fase do "Harmonia Musical", as aulas de música serão ministradas nos locais onde está o público escolhido. Posteriormente, depois de identificados o interesse e a habilidade musical dos jovens, as oficinas serão ministradas no Conservatório UFMG, que vai ceder seu espaço para o trabalho dos voluntários.

Rossmaly/Divulgação



Poços de Caldas oferece opções variadas de passeios, como a visita às Themas Antonio Carlos, ao coreto da Praça Pedro Sanches e à cachoeira Vêu das Noivas

Rossmaly/Divulgação



Fernando Baldan/Divulgação



## Diversão para todos os gostos

Manuela Ribeiro

Quem não conhece alguém que passou a lua-de-mel lá atire a primeira pedra. Poços de Caldas já foi destino preferencial para recém-casados devido à relativa proximidade com Belo Horizonte e com polos como São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro. O cenário idílico composto por pontos turísticos como a Fonte dos Amores, a cachoeira Vêu das Noivas, jardins (sobretudo o Recanto Japonês), monumentos, parques, praças e fontanários sempre combinou com pombinhos enamorados.

Mas nem só de paisagens bucólicas vive a “Cidade das Rosas” (que, por sinal, também foi o local da primeira ocorrência de urânio no país, em 1952). As águas sulfurosas de propriedades medicinais continuam seduzindo turistas; as Themas Antônio Carlos, por exemplo, dispõem de equipamentos para fisioterapia e saunas, oferecendo ao usuário banhos de imersão, limpeza de pele e massagens.

A Maria Fumaça é uma boa opção para os pequenos, assim como a Cascata das Antas, o Complexo Aquático Vereador Eduardo Paiva, a Pedra Balão, o Country Club, o Parque Municipal, o Palace Hotel e o parque temático Water World. O município oferece uma gama de atividades: andar a cavalo, passear de charrete, trenzinho ou barco, correr de kart, contemplar a beleza natural da Mata Atlântica, nadar ou exercitar-se.

Próximo à réplica do Cristo Redentor mineiro, aonde se chega pelo teleférico, há aquários, um lago com carpas, piscinas, tanque de tartarugas, museu aquático, loja de *souvenir* e lanchonete.

Alternativas tradicionais como a visita a edifícios históricos e a igrejas, ao relógio e ao calendário floral convivem pacificamente com pesca, passeio de lanchas e pedalinho nas represas, campo de golfe, trilhas ecológicas e esportes radicais como *jet ski*, *paraglider* e voos panorâmicos de avião.

### Compras

A estrutura para compras também não deixa a desejar: além da Feira do Artesanato e do Mercado Municipal, que oferece os famosos artigos da região – doces, queijos, aguardente, café, especiarias – por valores acessíveis, Poços de Caldas conta também com um shopping. Já a diversidade de hotéis exige pesquisa prévia, pois a variação de preços é grande e nem sempre corresponde à qualidade do serviço fornecido.

Mostras, exposições e outros programas culturais estão disponíveis na Casa da Cultura (Instituto Moreira Salles) e no Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas. No fim de semana, o coreto da Praça Pedro Sanches recebe um grupo de serestas e promove bailes animados, que aquecem o frio da noite sulista. Para os mais animados, há, ainda, danceterias, casas de espetáculo, bares e restaurantes.

A escritora Cecília Meireles, em crônica, diferenciou os turistas que, munidos de guias e dicionários, fotografam tudo e compram lembranças, dos viajantes, que ambicionam assimilar os lugares por onde passam, absorvendo detalhes e demandando mais tempo. Cada um busca uma experiência da

terra em que pisa: uns querem levá-la no bolso; outros, nos olhos e no coração. Por seus atrativos e segredos, porém, Poços de Caldas é uma cidade para todos.

**P**oços de Caldas já foi destino preferencial para recém-casados devido à relativa proximidade com Belo Horizonte e com polos como São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).



IMPRESSO